

Lidas novamente...

A escrita epistolar como prática do governo colonial

Adriana Angelita da Conceição*

Resumo

O uso de cartas para o estudo da História e em particular, do episódio de invasão da Ilha de Santa Catarina, no século XVIII, pelos espanhóis, nada tem de inédito. O que os atuais debates historiográficos nos permitem perceber nessas cartas é a prática de escrita que gerenciou todo o governo colonial, no ir e vir de cartas de um lado a outro do Atlântico. O artigo aqui apresentado *remexeu os baús* e interrogou o passado com outros pressupostos, produzindo, assim, significados diferentes dos que até agora tinham sido atribuídos e pensando a escrita epistolar nas práticas de governo.

Palavras-chave: Epistolografia. Governo Colonial. Sociedade de Corte.

Abstract

The use of letters for the study of History and particularly for the study of the episode of the invasion of Santa Catarina Island in the 18th century by the Spanish is no news. What contemporary historiographic debates allow us to perceive in these letters is the writing practice that oriented all colonial government, during the *coming and going* of letters across the Atlantic. The present article *shuffled through old trunks of History* and interrogated the past with other presuppositions, conceiving epistolary writing in government practices, thus producing meanings different from those that had until now been brought about.

Key-words: Epistolography. Colonial Government. Court Society

Cartas como fonte para a História

A *Ars Dictaminis* – a arte de escrever cartas – para o estudo da História, é uma temática bastante conhecida pelos pesquisadores. O que apresentamos como discussão, neste artigo, são cartas que se deslocam, *em partes*, do meio privado, por serem classificadas pela historiografia como fontes oficiais, cartas do meio público de caráter político-administrativo. Correspondências que envolveram o enredo da invasão espanhola da Ilha de Santa Catarina, em 1777, e

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em História pela UFSC. Fonte financiadora: CNPq.

da defesa do território colonial português, recebidas ou enviadas pelo marquês do Lavradio^{ccxlviii}. O objeto empírico não é inédito e há muito tempo vem sendo usado pela historiografia como fonte de pesquisa, na análise de fatos e na busca de erros, acertos, armamentos, planos táticos militares, ordens, traidores, inocentes, as quais envolveram a invasão espanhola da Ilha.

Não estamos negando essa importante abordagem em que as cartas foram e são utilizadas pela historiografia para dar indícios dos fatos ocorridos no passado. O que propomos é uma reflexão que possibilita às cartas, aqui mencionadas, uma posição que as diferencia em sua abordagem como fonte e uma análise que as coloca como sendo o próprio tema da História.

O uso de cartas, como fonte de pesquisa, tem sido uma prática utilizada por diferenciadas áreas do conhecimento. Na literatura, as cartas apresentam suas pesquisas enquadradas como gênero literário. No campo lingüístico, os estudos voltam-se para as práticas discursivas, os usos gramaticais, dentre outros aspectos. Um leque de publicações relacionado às práticas de escrita tem aumentado os acervos de livrarias e bibliotecas na última década. Publicações que têm suas temáticas presentes em cartas, diários, biografias, autobiografias – olhares que se lançam para uma prática de escrita pessoal de indivíduos do meio público ou privado^{ccxlix}.

Tais práticas são acompanhadas de discussões relacionadas com o espaço público/privado. A partir do século XVIII, com o crescimento da alfabetização, conseqüentemente verificou-se uma ampliação das práticas de escrita e de leitura, como bem estudou Roger Chartier. Dessa forma, presenciou-se o crescimento de uma escrita pessoal, a representação de si transformada em objeto escrito, ligados à idéia de concepção do individualismo moderno.

As práticas de escrita, recentemente, vêm sendo enfocadas pelos historiadores como objeto de pesquisa, em si mesmas. As escritas particulares, na constituição de sujeitos participativos da vida pública ou não, têm merecido atenção especial nas investigações. Sabemos que as cartas, há muito, são utilizadas pelos historiadores como fonte de pesquisa, porém os atuais enfoques colocam-nas como o próprio tema e objeto de pesquisa. Tal posicionamento, segundo Gomes, requer mais investimentos na utilização e na análise das cartas, culminando assim em uma maior atenção às questões teórico-metodológicas^{cci}.

Diferentes usos metodológicos têm sido observados na historiografia que utiliza correspondências como o próprio tema e objeto de pesquisa. Alguns historiadores têm estudado as cartas como elas mesmas sendo um lugar de memória.

Historiadoras como Cécile Dauphin e Danièle Pouban estudam cartas familiares no século XIX. Elas entendem as correspondências como qualquer outra fonte para a História, como um objeto construído e inscrito no tempo e no espaço social. Segundo as autoras, “as cartas, quanto mais antigas e abundantes, mais terão o poder de legitimar o patrimônio transmitido de geração em geração” e ao lado “dos ‘lugares de memória’, definidos por P. Nora

A ESCRITA EPISTOLAR COMO PRÁTICA DO GOVERNO COLONIAL

(monumentos, bandeira, livros, cantos, museus, etc.), podemos também inscrever as correspondências familiares^{cccli}.

A partir dessa idéia, que coloca as cartas como lugar de memória, Gomes observa que “os regimes de memória dos indivíduos modernos são, de forma geral e por definição, subjetivos, fragmentados e ordinários como suas vidas^{ccclii}. Com o aumento da alfabetização, como já foi mencionado, a escrita passou a legitimar “procedimentos de construção e guarda de uma memória individual ‘comum’, e não apenas de grupo social/nacional ou de ‘grande’ homem^{cccliii}”.

Outros pesquisadores tratam as cartas como um *enunciado*, assim como o é uma palavra, uma oração ou um texto, dentro da esfera do discurso. Camargo aponta-nos, em seus estudos, refletindo com M. Bakhtin, que “todas ‘as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão relacionadas com a utilização da língua [...] esta se efetua em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam duma ou doutra esfera da atividade humana^{cccliv}”.

De maneira simplificada, para M. Bakhtin, o gênero discursivo apresenta dois tipos: o primário, que seria simples com base na fala, e o secundário, que seria complexo, com base na escrita. Segundo o autor, o gênero discursivo passa por reelaborações. “Nessa reelaboração, transforma-se adquirindo um caráter especial: perdem sua relação mais imediata com a realidade e com os enunciados reais de outros participantes [sujeitos], com o que acontece, por exemplo, com as réplicas de um diálogo cotidiano ou as cartas^{ccclv}”. Dentro da cadeia comunicativa do discurso, o enunciado – carta – seria, então, um fragmento material.

As cartas – metodologicamente – como tema da História, também têm sido analisadas dentro do que se denominou chamar de uma *escrita de si*, quando indivíduos, no meio privado ou não, começam a produzir uma memória de si, através da prática da escrita. Porém, essa produção de uma memória de si pode ou não acontecer de forma intencional, na materialização do objeto escrito. Esse plano de *escrita de si* tem sido refletido, dentro das cartas, como um *cuidado de si*, que os remetentes representam no ato da escrita, como um posicionamento de si próprio, como uma forma de se manifestar na relação com o outro. Werneck trabalha com cartas de Machado de Assis nessa perspectiva de escrita de si/cuidado de si. Ela nos diz que

não se trata de uma escrita autobiográfica, no sentido de que se vai constituindo, discursivamente, uma identidade com força unitária. (...) Assim, podem-se ler cartas trocadas entre o escritor e intelectuais renomados ou jovens literatos como elas são concebidas na prática epistolar de Sêneca: escrita *onde se expõe o estado da própria alma, solicita-se conselhos, ou eles são fornecidos a quem deles necessita*, mas que apresenta um retorno de benefícios para quem se apresenta como o mais experiente. Quem escreve a outrem acaba reatualizando para si próprio as palavras enviadas.^{ccclvi}

Nosso objetivo, dentro da reflexão aqui proposta, não é ignorar os dados que nos contam as correspondências analisadas. Apenas tentaremos compreender as relações que envolveram a sociedade de corte, nas relações entre metrópole e colônia, através dessa prática de escrita. Prática, que antes de externar fatos, está inserida em regras de um determinado regime que, no nosso caso, trata-se do período colonial. Assim, o conteúdo, a forma e o gênero das correspondências estão inseridos nas práticas de um governo – o governo colonial.

O estudo aqui apresentado não se enveredará pelos caminhos que analisam as cartas de acordo com sua disposição no escrito. Entretanto, não negamos sua importância na prática de escrita de cartas, sejam elas oficiais ou não, mesmo sabendo que a estrutura de composição das mesmas faz parte das discussões da tradição epistolar do século XVIII.

Pode-se perguntar como as cartas públicas de cunho oficial, de uma situação específica de guerra têm relação com uma escrita pessoal, com uma metodologia historiográfica que deu um *novo* lugar para as correspondências dentro da pesquisa histórica. Essa relação está em uma escrita de si dentro de uma prática de escrita que constituía e fazia parte do cotidiano colonial de uma sociedade de corte, revelando uma prática de governo, sentimentos setencionistas de um império luso enfrentando grandes mudanças que iam desde o trono até os novos modos de ensinar a língua portuguesa.

Portugal setecentista e a prática de escrita

Podemos dizer que ampliar o *olhar* do historiador para o contexto colonial, em mudanças que envolviam Portugal no momento estudado, permite-nos acumular uma série de conhecimentos que engrandecem o espírito do historiador que lançará perguntas – de maior propriedade e capacidade de perceber as subjetividades – ao seu objeto que, no nosso caso, são as correspondências.

As correspondências oficiais acompanharam as mudanças do contexto em que estavam inseridas. Contexto em que o reino lusitano, de traços colonialistas, presenciou mudanças em questões políticas, econômicas e sociais, ressaltando-se as reformas educacionais. Concordamos com o estudo realizado por Alcir Tecora, com cartas jesuítas, o qual assinala que “as cartas não testemunham, nem significam nada que a sua própria tradição e dinâmica formal não possa acomodar. Bem ao contrário, os conteúdos mais complexos, (...) são funções estritas dessa acomodação histórica do gênero”^{ccclvii}. Talvez, não disséssemos *acomodação histórica do gênero*, mas não podemos deixar de analisar essas cartas sem levar em consideração as práticas sociais e culturais ligadas ao momento em que estão sendo escritas, bem como as discussões que acompanharam os teóricos epistolares do século XVIII.

Falar de Portugal, neste momento de mudanças, para as diferentes frentes da sociedade, remete-nos a Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de

A ESCRITA EPISTOLAR COMO PRÁTICA DO GOVERNO COLONIAL

Oeiras e mais tarde marquês de Pombal. No enredo da invasão espanhola da Ilha de Santa Catarina, a coroa lusa pertencia a D. José I (1750-1777). Durante o reinado de D. José I, após o terremoto de Lisboa (1775), o marquês de Pombal recebeu autoridade completa do rei para *governar* Portugal e realizou muitas reformas. Um dos seus colaboradores, Antonio Ribeiro dos Santos, após a morte de Pombal, resumiu o paradoxo do autoritarismo e do iluminismo do marquês com as seguintes palavras: “quis civilizar a nação e, ao mesmo tempo, escravizá-la. Quis difundir a luz das ciências filosóficas e, ao mesmo tempo, elevar o poder real do despotismo”^{cclviii}.

Idéias iluministas, política pombalina e homens que estão presentes, acompanhando e contribuindo com tais mudanças, são destinados para a colônia portuguesa na América meridional. Tais homens enviados para a colônia estão presentes na consolidação e extensão de novas propostas do pensar. Até hoje, a historiografia que aborda Portugal e suas relações nessa época, discute a participação e a atuação do marquês de Pombal. O que mais nos interessa agora é mencionar as reformas educacionais que aconteceram em Portugal neste momento. Tais reformas incluíam a expulsão dos jesuítas da colônia e da exclusividade que detinham em relação ao ensino. Portugal, na política pombalina, segundo Maxwell, de certo modo, era um produto híbrido, entre absolutismo e despotismo^{cclix}.

Essas discussões e reformas entre os lusos acompanhavam as idéias iluministas em que a razão era indiretamente soberana. De certo modo, o antijesuitismo ilustrado dos países católicos justifica-se, no nível ideológico, como sendo o produto de uma razão humanitária que pretende subordinar a si, na pessoa do príncipe, a administração, a justiça, a assistência e a educação, em nome da utilidade e da felicidade públicas.^{cclx} Dentre os variados motivos que envolveram o antijesuitismo, o importante aqui é a desvinculação do monopólio na educação.

No embate com a Companhia de Jesus, a Congregação dos Oratorianos, que se consolidou em Portugal em 1668, foi uma grande aliada do governo pombalino. Desde sua fundação, o envolvimento da congregação com o poder político era uma prática constante. Em sua maioria, os oratorianos eram adversários dos jesuítas, principalmente no que dizia respeito aos debates pedagógicos. Em Portugal, são reconhecidos como promotores das ciências naturais e como aqueles que introduziram as idéias de Bacon, Descartes e outros. Com a expulsão dos jesuítas, foram os oratorianos que preencheram as lacunas que se formava no ensino.

A congregação não foi apoiada por Pombal durante todo o período de sua atuação, marcado por diversos desentendimentos, chegando-se a quase extinção da mesma. No entanto, isso não foi decisivo para muitos dos colaboradores de Pombal, que eram oratorianos, contribuírem e tomarem a frente nas propostas de reforma do ensino. As ações administrativas de Pombal

merecem um estudo mais aprofundado o que foge aos objetivos deste artigo. O que realizamos foi um rápido *sobrevôo* de questões de grande complexidade da política pombalina, como as discussões das idéias iluministas, para chegarmos aos teóricos das reformas educacionais.

Os estudos da epistolografia portuguesa reconhecem como o primeiro teórico das missivas do século XVIII o oratoriano Francisco José Freire que, em 1745, publicou a obra *Secretário Português Compendiosamente Instruído no Modo de Escrever Cartas*, que foi de grande repercussão e passou por várias reedições, trazendo para Portugal as idéias já discutidas em outras partes da Europa.

Nas pequenas dissertações que introduziam os modelos propostos para cada tipo de carta, Francisco Freire procurava esclarecer os passos a observar para melhor atingir os objetivos imaginados. (...) Em certa medida, o remetente era encarado como um orador cuja performance deveria convencer por completo o destinatário.^{cclxi}

Tão brevemente, um outro oratoriano, Luís António Verney, grande crítico da obra de Francisco, desvalorizando-a e apontando-a como pouco criteriosa, publicou em 1746 o *Verdadeiro Método de Estudar*^{cclxii}. Logo no início de sua obra, Verney atribuiu grande importância para a escritura de cartas, em que “o assunto aparecia relacionado a um novo plano de estudos da língua portuguesa”^{cclxiii}. A publicação do *Verdadeiro Método de Estudar*, apontada por alguns autores como o início da ruptura com o Barroco, proporcionou um impacto salutar em Portugal, iniciando a ilustração como movimento político e intelectual. Para Falcon, a importância da obra de Verney “reside não propriamente no seu ‘conteúdo’, mas no seu espírito que as comanda e na ruptura que representam; aspectos esses que, nem sempre, têm sido devidamente ressaltados”^{cclxiv}. Um espírito que critica a forma de educação portuguesa, vista como de total atraso, propondo a ascensão da Física, da Lógica, da Ética Natural e o *nascimento* das Ciências Humanas.

Mencionamos esses dois teóricos para pensarmos um pouco sobre o ambiente intelectual português setecionista. Os envolvidos no enredo da invasão espanhola da Ilha de Santa Catarina são também os participantes da política pombalina, assim sendo, envolvidos com as discussões iluministas. Esses intelectuais foram importantes para as reformas propostas por Pombal, pois apresentam

poder simbólico, o poder de agir sobre as estruturas mentais e, através da estrutura mental, sobre as estruturas sociais. Os intelectuais esquecem que por meio de um livro pode-se transformar a visão do mundo social e, através da visão de mundo, transformar também o próprio mundo social.^{cclxv}

Baseamo-nos nessa idéia de Bourdieu para pensar o papel atuante dos intelectuais no meio social. Verney passou a ser consultor do governo,

A ESCRITA EPISTOLAR COMO PRÁTICA DO GOVERNO COLONIAL

recebendo um bom pagamento. Suas idéias resumiam o radicalismo, bem como as limitações da filosofia educacional, articuladas por Pomba^{cclxvi}.

Os *manuals* que indicavam as melhores formas de escrever cartas foram se apresentando como instrumentos para uma certa política de escritura, acompanhando as novas propostas para os estudos de gramática e retórica. Tais propostas acompanhavam o conjunto de práticas de civilidade, tendo como produto exemplar

os diversos manuais destinados a ensinar as boas maneiras, os tratados epistolares e as cartas, que vieram a contribuir a constituição e expansão da chamada civilização cortesã. Promoveram uma específica educação dos costumes e dos gestos, ou, o que é o mesmo, um determinado código de representação e um inconsciente político capaz de exercer o controle social através dos usos da língua, oral e escrita.^{cclxvii}

No vai e vem das cartas e com os ventos a favor, faremos, agora, uma pequena *viagem* até a invasão da Ilha para entendermos um pouco esse fato e o contexto em que as cartas se inscreveram, antes de aborda-las como prática de um governo e centrarmos-nos justamente nesta abordagem.

Embarcações atracavam nos portos, após atravessarem o Oceano Atlântico, com correspondências que vinham com instruções e voltavam com respostas, dando conta do cumprimento das ordens e do estado de defesa que se preparava na Ilha, pois o porto da Ilha de Santa Catarina era reconhecido como um dos melhores da região e as fronteiras da América Meridional eram ponto de conflito entre os ibéricos.

Diante de notícias de que a Espanha enviaria uma esquadra para o sul da América, com o objetivo de combater os portugueses e, assim, por fim aos conflitos que giravam em torno das fronteiras com o rio da Prata, a Ilha era preparada militarmente para o conflito. Com um corpo militar maior, com mais aparatos bélicos e com fortalezas restauradas, soldados preparavam-se para içar a bandeira portuguesa e lançar tiros de canhão. Assim apresentava-se a Ilha. Tudo isso para esperar a comentada expedição espanhola comandada pelo futuro vice-rei do Prata – D. Pedro Antonio de Cevallos.

Em fins de fevereiro de 1777, a esquadra espanhola, com mais de cem embarcações, era avistada nas proximidades da praia de Canasvieiras. Estavam os militares prontos para o combate. Porém, as bandeiras não foram içadas e tiros, tanto lusos como castelhanos, não foram ouvidos. Desembarcaram os espanhóis na praia de Canasvieiras e, por terra, mato adentro, alcançaram a vila de Desterro. Através de acertos entre os oficiais maiores, a Ilha, de posse de D. José I, passou a ser território de D. Carlos III, rei da Espanha.

Os oficiais maiores foram levados por embarcações da Espanha para o Rio de Janeiro, onde foram mantidos presos nas fortalezas daquele porto, até que se apurassem os acontecimentos. Inquéritos militares foram realizados na tentativa de se entender o que tinha acontecido. Os responsáveis pela perda da

Ilha seriam punidos pela rainha Dona Maria I, filha de D. José I, que morreria em fevereiro de 1777. Os militares ficaram presos até o decreto da rainha D. Maria I, promulgado em 1786.

Assim como rapidamente chegamos ao episódio, em outubro daquele mesmo ano foi assinado o tratado de Santo Ildefonso que devolveria a Ilha para os portugueses em troca da Colônia do Sacramento, embora isso só tenha acontecido em julho de 1778.

Porém, os acontecimentos não foram tão simples como parecem. Da intenção do ato a sua realização, muitas cartas, ordens, instruções e ofícios circularam entre os responsáveis pelo funcionamento da colônia: administração da Ilha de Santa Catarina, governo do Rio de Janeiro e a coroa portuguesa. Esse circuito comunicativo produziu uma extensa massa documental que é o objeto empírico aqui analisado. Ressaltamos, mais uma vez, que o que interessa à discussão ora apresentada são as cartas, como prática de escrita do governo colonial, que envolveram esse fato, e não ele em si nas discussões que envolvem os culpados, inocentes, traidores, etc., em relação ao episódio da invasão da Ilha.

No ato da escrita, a prática de um governo – as cartas

Talvez nos seja difícil entender a grande importância das cartas para o governo colonial. Atualmente, a carta, como meio de comunicação, vem perdendo seu espaço, tomado pelo advento da comunicação eletrônica. Contudo, sem as cartas do século XVIII não podemos imaginar a relação que se estabeleceu entre metrópole e colônia. Retirar as cartas desse contexto assemelhar-se-ia a nos imaginarmos hoje sem as atuais tecnologias de comunicação. Para as práticas coloniais, as cartas levaram a voz do soberano para os lugares mais recônditos do território ultramar.

No entanto, muito além de servirem apenas como meio de comunicação, as cartas trocadas entre rei e súditos permitem-nos reconhecer traços do passado de homens envolvidos em uma sociedade cortesã de costumes e regras próprios de seu tempo. Para uma sociedade de corte, em meio a conversões, honras e louvores, mesmo distante, a figura do rei era constantemente ressaltada e os súditos na colônia sabiam que era a honra de Portugal que deveria ser glorificada.

Norbert Elias, em seu estudo *A Sociedade de Corte*, diz-nos que

ao ter seu reconhecimento como membro recusado pela 'boa sociedade' perdia-se a 'honra', perdendo assim uma parcela constitutiva de sua identidade pessoal. De fato, era comum um nobre trocar sua vida pela 'honra', preferir morrer a deixar de pertencer à sua sociedade.^{cclxviii}

Agora daremos voz ao marquês do Lavradio, em carta enviada ao marquês de Pombal, para pensarmos essa idéia de Elias, mesmo que seu estudo tenha sido voltado para a sociedade cortesã francesa.

A ESCRITA EPISTOLAR COMO PRÁTICA DO GOVERNO COLONIAL

Eu não posso assegurar os nossos felices sucessos, porem o que me parece que posso certamente fazer a V. Exa., segundo o conhecimento que tenho (...) Não haverá um só Portuguez que não faça prodígios de valor, todos estão com tão boa vontade e tão rezolutos a darem a vida pela glória da pátria (...) se Deos continuar a abençoar-nos, fazendo cada um da sua parte o que deve, não conseguirão os Castelhanos o que desejam.^{cclxix}

Em outra carta também enviada ao marquês de Pombal, Lavradio comenta:

... eu tenho muita esperança de que viremos a conseguir a destruição dos nossos inimigos, porque os animos dos vassallos de El-REY meu senhor, posso assegurar a V. Exa. que desde o último rapaz até ao homem mais velho, estão todos dispostos a fazerem os maiores esforços até ao ultimo instante da sua vida, por defender a Pátria e o credito da nação.^{cclxx}

Em suas palavras, percebemos traços da sociedade cortesã. Mesmo diante de uma situação de provável perda do território, o vice-rei, em sua representação escrita, enfatiza os valores que importavam para os súditos. Valores de uma identidade baseada na honra e na obediência e em que, acima de suas próprias vontades e vida, estava a honra portuguesa que deveria ser exaltada.

A corte estava *dividida*, a coroa materialmente não estava presente nos territórios coloniais. O império luso tinha sua territorialidade separada. Foi através da circulação das correspondências que a visualização dos territórios ultramar era possível para o soberano e vice-versa. Na colônia, através das cartas, o rei ausente fazia-se presente.

Muito além de serem oficiais e de trazerem notícias do reino e, vice-versa, da colônia, as percepções e sentimentos dos homens de corte, no entremear das reformas de Portugal, não estão dissociados dos escritos encontrados nas cartas.

Em compensação, o cuidado em distinguir entre o que o cargo público exige e o que pertence à vida privada, protegida e secreta, leva a desprivatizar o exercício da autoridade pública – embora tardiamente subsista a indecisão que confere aos arquivos dos administradores do Antigo Regime uma condição ao mesmo tempo pública e pessoal.^{cclxxi}

Nas cartas aqui propostas para análise, encontramos marcas de representação de si mesmo, marcas que evidenciam identidades, modos, sentimentos que se desejava ver reconhecidos. Nos ditos manuais de civilidade para o comportamento mais adequado, as ostentações aos príncipes, cerimoniais que visavam a convencer os súditos das grandezas da coroa eram manifestadas.

Não pretendemos valorizar nas cartas apenas suas características de meio de comunicação, no ir e vir das notícias coloniais. Pretendemos partilhar da idéia de deslocamento do “par realidade/ficção, pois sejam as cartas ‘verdadeiras ou falsas’, dependendo do regime de verdade que se adote, materializam uma prática concreta: o ato da escrita”^{cclxxii}. As cartas coloniais aqui analisadas não são totalmente objetivas, pois, “dada sua estreita conexão com os roteiros de cada indivíduo, a comunicação epistolar representa uma das manifestações mais evidentes de escritura subjetivo e existencial”^{cclxxiii}.

Essa *nova* proposta de análise das cartas permite-nos afastar-nos do único meio em que as cartas coloniais eram refletidas, ou seja, na busca pela verdade dos fatos, possibilitando-nos, assim, falar da subjetividade envolvida. Gomes assinala que “o que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de ‘dizer o que houve’, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento”^{cclxxiv}.

Em 24 de fevereiro de 1777, o responsável militar pela Ilha de Santa Catarina, Antonio Carlos Furtado de Mendonça, envia as seguintes palavras para Lavradio:

Esta carta foi começada esta manhã, e ainda agora que são dez para onze horas da noute a não posso expedir, por conta do Auditor não poder concluir as copias dos termos que se tem feito, e fica esta Parada prompta para se expedir logo que for possível; e como V. Exa. sabe o muito que padeço conhecerá o estado em que me acho, principalmente porque há cinco dias e noutes, que em todas ellas poderei ter dormido trez para quatro horas, e o que mais me custa é hir dando tão infelices noticias ...^{cclxxv}

Nesse fragmento, independente do relato do governador ser verdadeiro ou não, se ele obedeceu ou não às ordens, podemos perceber as caracterizações de um homem preocupado com a honra do território luso que estava *correndo perigos* diante dos espanhóis. Não interessa se o seu corpo estava cansado. O mais custoso é a notícia infeliz que ele estava enviando para o vice-rei. Na sociedade de corte, acima dos súditos, estava o soberano. Mendonça estava representando seus esforços para alcançar o sucesso para os lusos. Ele estava experimentando o cansaço físico que, diante do território e da honra lusa em jogo, ficava em segundo plano. No entanto, o ato de ressaltá-lo evidencia os esforços dele como responsável militar pela Ilha.

Com subjetividade, as correspondências estão recheadas de sensibilidades dos homens setencionistas. E, de maneira perspicaz, fazemos uso das palavras de Pesavento, quando ela faz referência às sensibilidades no tempo.

É a partir da experiência histórica pessoal que se resgatam emoções, sentimentos, idéias, temores ou desejos, o que não implica abandonar a perspectiva de que esta tradução sensível da realidade seja historicizada e socializada para os homens de uma

A ESCRITA EPISTOLAR COMO PRÁTICA DO GOVERNO COLONIAL

determinada época. Os homens aprendem a sentir e a pensar, ou seja, a traduzir o mundo em razões e sentimentos^{cclxxvi}.

Acrescentamos que essas razões e sentimentos podem se materializar na escrita e, assim, na troca epistolar.

Na tradição de um mundo setencionista de razões e sentimentos, os administradores coloniais reservam para suas correspondências as sensibilidades da formulação de um mundo. Correspondências que produziram em seu tempo e que, por mais que fossem oficiais, as subjetividades desses homens não passaram despercebidas. Não passaram despercebidas para a tentativa – aqui pretendida – de olhar o sensível dos homens de corte. Eis o que relatava Lavradio, em 19 de março de 1777

Depois de penetrado o meu coração com este dolorozo golpe, animando-me de alguma forma com as cartas que recebi do General e Governador de Santa Catharina, da constancia em que estava aquella tropa e povo para defender-se; de esperar-me que ainda no cazo de se retirarem, o fizessem depois de uma vigorosa e regular rezistencia (digo) exemplar rezistencia (...).

Eu confesso a V. Ex.^a que quando as li cuidei que o coração me rebentava, e não sei como tenho forças para poder fazer a V. Ex.^a uma semelhante participação.^{cclxxvii}

Para refletirmos sobre as manifestações do Lavradio, diante do que ele achava ser a provável perda do território da Ilha, faz-se necessário fazermos as diferenciações de tempo. Como nos diz Pesavento, “captar as razões e sentimentos de uma temporalidade já escoada é ter em mente a alteridade do passado, com sua diferença de códigos e valores”^{cclxxviii}. As políticas de guerra e punição da sociedade atual são muito diferenciadas das que podemos perceber no século XVIII. Além de um território em perigo, era a honra de homens que estava envolvida: ser condenado por não preservar o território do rei poderia ser a maior desonra e o fim de uma carreira militar. Quando Lavradio diz “penetrado o meu coração com este dolorozo golpe”, refere-se ao golpe da incapacidade dos súditos de não defenderem a coroa. Se os militares não defenderam a Ilha por medo ou por *acertos políticos*^{cclxxix}, isso não nos cabe aqui discutir, mas sim a expressão de um governante que *transpassa* a perda do território em sentimentos de dores para o seu próprio corpo, pois assim ele prosseguia sua carta “... que o coração me rebentava, e não sei como tenho forças ...”.

Ainda podemos reconhecer, nas correspondências do Lavradio, as manifestações de um homem preocupado com sua imagem. Ao escrever para a corte, o vice-rei sabia que estava sendo *visto*. No ato da escritura, o remetente sente-se *olhado* pelo destinatário que, ao ler a carta, formulará a imagem pretendida pela mão que escreve. O ato da escrita, com toda sua subjetivação

pode proporcionar um certo *cara-a-cara* entre remetente e destinatário. Observemos esta carta do Lavradio para Pombal

Eu fico trabalhando incessantemente em dar as providencias, e tomar as mais medidas que me forem possíveis, porem sempre com o maior receio nos executores das ordens; se eu me pudesse repartir por todos os lugares em que estão os diferentes corpos, juro a V. Exa. que não me desamparando Deos, estes fantasmas não conseguiriam nenhuma gloria, sem que primeiro todos nós não tivéssemos derramado até a ultima gota do nosso sangue.

V. Exa. que sempre tem sido meu patrono, e que se tem querido servir de mim, sem embargo de eu protestar por tantas vezes a falta dos meus talentos, queira agora por grandeza sua não me desamparar, e socorrer-me com o precizo para eu poder conseguir para o estado e para a Nação, aquella gloria que eu tanto desejo e é o meu único interesse.^{cclxxx}

Nessa carta, podemos falar de uma *escrita de si*, de um Lavradio que se expressa. Junto dos assuntos de ordem político-administrativa, percebemos os traços de um homem que se mostra corajoso e que, acima de tudo, busca-se reconhecer como tal. Além da coragem individual, busca levar a coragem para o outro, **“estes fantasmas não conseguiriam nenhuma gloria, sem que primeiro todos nós não tivéssemos derramado até a ultima gota do nosso sangue”**.

Dentro da análise da *escrita de si*, compartilhamos do pensamento de Foucault

Escrever é, portanto, ‘se mostrar’, se expor, fazer aparecer seu próprio rosto perto do outro. (...) A reciprocidade que a correspondência estabelece não é simplesmente a do conselho e da ajuda, ela é a do olhar e do exame. A carta que, como exercício, trabalha para a subjetivação do discurso verdadeiro, para sua assimilação e elaboração como ‘bem próprio’, constitui também, e ao mesmo tempo, uma objetivação da alma.^{cclxxxii}

Com esse pensamento, percebemos um Lavradio que se sente olhado, que precisava relatar suas atitudes e as examinar como corretas. Mostra, também, que ele, como vice-rei, realizava tudo que se esperava dele, porém, para que as ações saíssem vitoriosas, precisava que os outros súditos compartilhassem do mesmo sentimento. O desejo do Lavradio diante do fato era conquistar a glória da nação, a objetivação de seu sentimento maior. Lavradio se *oferece para ser olhado* pela coroa lusa “queira agora por grandeza sua não me desamparar, e socorrer-me com o precizo para eu poder conseguir para o estado e para a Nação, aquella gloria que eu tanto desejo”. Assim, ele se sente olhado dentro do íntimo de sua alma, na busca pela compreensão dos superiores diante da situação que colocava em questão os sentimentos de doar a vida para o bem do rei.

Após esse pequeno esboço para a pesquisa com cartas coloniais, denominadas como oficiais, procuramos trazer uma reflexão que valoriza essa fonte como tema de pesquisa. Tentamos esmiuçar das cartas uma *fonte que jorra* sensibilidades de outro tempo, pois

A ESCRITA EPISTOLAR COMO PRÁTICA DO GOVERNO COLONIAL

recuperar sensibilidades não é sentir da mesma forma, é tentar explicar como poderia ter sido a experiência sensível de um outro tempo pelos rastros que deixou. O passado encerra uma experiência singular de percepção e representação do mundo, mas os registros que ficaram, e que é preciso ler, nos permitem ir além da lacuna, do vazio, do silêncio.^{cclxxxii}

Nos rastros dos homens setencionistas, nesta pequena reflexão, procuramos tirar do silêncio o sensível e, de certa forma, *tentar calar* apenas o ouvir dos fatos revelados.

Notas

- cexlviii Marquês do Lavradio foi vice-rei da América portuguesa de 1769 a 1779.
- cexlix GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In.: _____. (Org.) Escrita de si, escrita da história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 07.
- cel Idem., p. 10.
- celi DAUPHIN, Cécile; POUBLAN, Danièle. Maneiras de escrever, maneiras de viver. Cartas familiares no século XIX. In. BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.) et. al. Destino das letras: história, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2002. p. 82.
- celii GOMES, Angela de Castro. Op. cit. p. 13.
- celiii Idem, p. 12.
- celiv CAMARGO, Maria Rosa Rodrigues Martins de. Escreva-me urgente... Um estudo dos elos comunicativos na carta. In. BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.) et. al. Op. cit., p. 165.
- celv Idem, p. 166.
- celvi WERNECK, Maria Helena. "Veja como ando grego, meu amigo". Os cuidados de si na correspondência machadiana. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Batella (Orgs.) Prezado Senhor, Prezada Senhora: estudos sobre as cartas. São Paulo: Companhia das letras, 2000. p. 140.
- celvii TECORA, Alcir. Máquina de gêneros. São Paulo: Editora da USP, 2001. p. 18.
- celviii Citado por C. R. Boxer, The Portuguese seaborne empire, 1415 – 1825, Oxford, 1963, p. 191. In.: MAXWELL, Kenneth. Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 02.
- cclix MAXWELL, Kenneth. Op. cit. p. 168.
- cclx FALCON, Francisco José Calazanas. A época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ática, 1982. p. 135.
- cclxi MIRANDA, Tiago C. P. Reis. A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Batella (Orgs.) Op. cit., p.50.
- cclxii O Verdadeiro Método de Estudar foi um conjunto de cartas de âmbito extenso e variado. As primeiras ressaltavam a importância do ensino da Língua Portuguesa, dos estudos de Linguística e de retórica, propondo normas e metodologias de ensino, ressaltando também os estudos de Física, Filosofia, Metafísica e reformas nas práticas de Medicina.
- cclxiii MIRANDA, Tiago. Op. cit. p. 51.
- cclxiv FALCON, Francisco. Op. cit. p. 331.
- cclxv A leitura: uma prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In.: CHARTIER, Roger. (Org.). Práticas da Leitura. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 243.
- cclxvi MAXWELL, Kenneth. Op. cit., p. 104.

- ^{cclxvii} GÓMEZ, Antonio Castilho. “Como o polvo e o camaleão se transformam” Modelos e práticas epistolares na Espanha moderna. In: BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.) et. al. Op. cit., p. 37.
- ^{cclxviii} ELIAS, Norbert. A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 112.
- ^{cclxix} Optou-se por manter a ortografia de época. Marquês do Lavradio para o Marquês de Pombal, 20 de novembro de 1776. Bicentenário da transferência da capital do estado do Brasil da cidade do Salvador, para o Rio de Janeiro, correspondência do Conde de Azambuja e Marquês do Lavradio. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, volume 255, abril-junho, 1962. p. 276.
- ^{cclxx} Marquês do Lavradio para o Marquês de Pombal, 10 de março de 1777. Op. cit., p. 297.
- ^{cclxxi} A comunidade, o estado e a família. Trajetórias e tensões. Introdução. In.: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. (Orgs.). História da vida privada, 3 – da Renascença ao Século da Luzes. São Paulo: Companhia da Letras, 1991. p. 409.
- ^{cclxxii} GRACIOSO, Jane Fadel. Cartas de pijama: amizade e relações de gênero na correspondência de Mário de Andrade e Anita Malfatti. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Batella (Orgs.) Op. cit., p. 249.
- ^{cclxxiii} GÓMEZ, Antonio Castilho. Op. cit., p. 18.
- ^{cclxxiv} GOMES, Angela de Castro. Op. cit., p. 15.
- ^{cclxxv} Antonio Carlos Furtado de Mendonça para o Marquês do Lavradio, 24 de fevereiro de 1777. Op. cit., p. 303-4.
- ^{cclxxvi} PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. p. 03. <http://www.chess.fr/cerma/Revue/indexCR.htm>. Acessado em 04/03/2004.
- ^{cclxxvii} Marquês do Lavradio para o Marquês de Pombal, 19 de março de 1777. Op. cit., p. 298.
- ^{cclxxviii} PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. Op. cit., p. 04.
- ^{cclxxix} No contexto da invasão da Ilha, a Europa era um palco de desacertos entre Inglaterra, França, Espanha e Portugal. Para alguns pesquisadores, a invasão da Ilha não pode ser desassociada do parentesco entre o rei da Espanha e a futura rainha de Portugal que, para promoverem a paz entre as duas coroas, teriam acertado as delimitações da América Meridional, já que após a invasão (fevereiro), em outubro do mesmo ano, era assinado um tratado que definiria os limites territoriais das colônias ibéricas. Esta posição merece uma melhor argumentação, porém foge às pretensões deste artigo.
- ^{cclxxx} Marquês do Lavradio para o Marquês de Pombal, 19 de março de 1777. Op. cit., p. 301.
- ^{cclxxxi} FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: Ditos e Escritos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 156.
- ^{cclxxxii} PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. Op. cit., p. 09.